

6-Problemática de los espacios agrários

A EXPANSÃO DA SOJA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS: NOTAS PARA DEBATE

araujo, ana gabriela¹; oliveira neto, antonio firmino²

1 - agb. 2 - ufms.

Este trabalho visa entender o processo de expansão de commodities, em especial a soja, na região da Grande Dourados e sua influencia na transformação da cidade de Dourados em centro regional na rede urbana de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento dos elementos que dão ao município uma posição de destaque a partir da análise da dinâmica dos fluxos interurbanos e intermunicipais da região da Grande Dourados pode permitir o entendimento da estruturação de seu espaço geográfico, bem como a identificação das relações que geram hierarquizações e dependências entre treze municípios da região de Dourados. Por meio da análise das estruturas que possibilitam tal centralidade, pretende-se identificar sua posição na hierarquia urbana de Mato Grosso do Sul. Ao contextualizar o município de Dourados dentro da lógica de acumulação do capital no Brasil, temos a possibilidade de identificar o papel do urbano e do rural na reestruturação espacial do Estado de Mato Grosso do Sul e a posição de Dourados como cidade intermediária na rede urbana que se insere. Os municípios estudados são apresentados no quadro 1 que juntos compõe a chamada região da Grande Dourados.

Quadro 1. Municípios selecionados.

Município	População (hab)	Área total (Km2)
Dourados	183.096	4.086
Maracajú	28.236	5.299
Rio Brilhante	26.816	3.988
Itaporã	17.740	1.322
Caarapó	19.587	2.090
Glória de Dourados	8.873	492
Jateí	3.470	1.928
Fátima do sul	17.204	315
Deodápolis	9.870	831
Douradina	4.726	281
Vicentina	4.837	310
Juti	4.798	1.585
Nova Alvorada do Sul	11.646	4.019

Fonte:SEPLANCT (Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia).

População estimada para 2005.

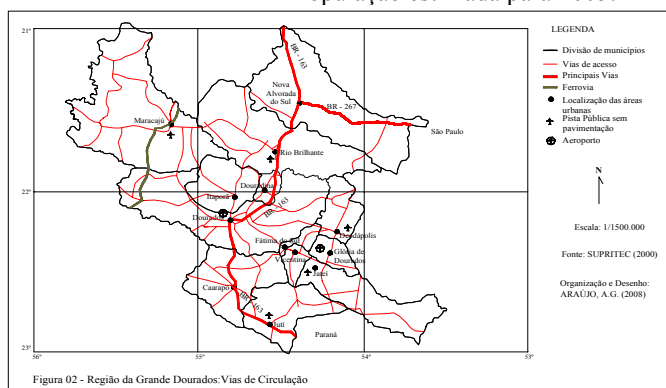


Figura 1: Região da “Grande Dourados”, com destaque para as vias rodoviárias BR – 163, que corta o estado articulando a produção de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao estado do Paraná, rumo ao Porto de Paranaguá; e a BR – 267, a de maior circulação do estado, ligando o estado à São Paulo.

Os procedimentos operacionais que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão bibliográfica, revisão bibliográfica estatística, busca de informações secundárias em órgãos públicos estaduais e nacionais e trabalho de campo onde foram aplicadas entrevistas abertas junto aos produtores rurais que se estabeleceram na região a partir dos anos de 1970, junto à Prefeitura Municipal de Dourados, à administração da rodoviária e a Empresas de processamento de alimentos (Sadia, Bunge).

II - Desenvolvimento e reestruturação espacial na região da Grande Dourados e no município de Dourados

Inserida na dinâmica do capital pela produção de *commodities*¹, os municípios que compõem a chamada Região da Grande Dourados² passaram por um processo de seletividade espacial a partir do final da década 1960. Naquele momento, ocorreram na região transformações político-econômicas de reestruturação produtiva causadas pela política desenvolvimentista do governo militar, que deram ao espaço geográfico da Grande Dourados um conteúdo cada vez mais racionalizado. A análise dessa realidade pode evidenciar as razões da posição de Dourados como importante centro regional na rede urbana de Mato Grosso do Sul.

Analisando a escala nacional neste período, observa-se que o Estado autoritário brasileiro passou a gerir o território nacional objetivando sua inserção na lógica de reprodução do capital, dando início ao processo de integração/fragmentação dos espaços que viabilizariam no futuro as condições de fluidez do capital. O projeto geopolítico para o país, realizado na década de 1970, não foi determinado pelos aspectos geográficos do território nem se resumiu à sua apropriação física. Teve como marco, a intencionalidade do domínio do vetor científico-tecnológico de controle do tempo e do espaço para alcançar o crescimento econômico e projeção internacional. Convergido num projeto de governo gerido pelos militares, esse projeto resultou numa série de iniciativas isoladas e tomadas de decisões segundo as condições do momento (BECKER e EGLER, 2003, p.125, 126).

O espaço brasileiro, produzido a partir do fim da década de 1960 era então, correspondente com a lógica da globalização, ou seja, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado (CORRÊA, 1989). Ele refletia e condicionava o urbano (um *novo urbano*) e o rural (um *novo rural*) e a divisão do trabalho em aspectos sociais (trabalho especializado), técnicos (mecanização, industrialização) e territoriais (novos espaços incorporados à atividade produtiva, novos arranjos territoriais).

No recém criado estado de Mato Grosso do Sul, os investimentos privados e governamentais foram concentrados em áreas favoráveis ao desenvolvimento de monoculturas de exportação, com destaque para a soja e o trigo. Em consequência, houve um desequilíbrio interno, marcado pela consolidação de áreas dinâmicas e capitalizadas, especializadas na produção de commodities em bases modernas, com crescente inserção no mercado internacional e, por outro lado, pela presença de áreas deprimidas, onde os investimentos não foram capazes de alterar a estrutura geoeconômica dominante (ARAUJO, 2006, p. 123).

Como menciona Araujo (2006, p. 124) houve um processo de seletividade espacial, que selecionou e beneficiou áreas de cerrado. A inserção dessas áreas no processo de desenvolvimento regional, enquanto fronteiras de produção agropecuária, promoveu um expressivo fluxo migratório, sobretudo de sulistas, que substituíram as culturas tradicionais por culturas de exportação, desencadeando o processo de invasão-sucessão na organização espacial do centro sul e norte do estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a Região da Grande Dourados. Nesta área, cresce a rede urbana e o número de municípios.

Quadro 2. Divisões político-administrativas ocorridas no município de Dourados

1935	1953	1958	1963	1976	1980	1987	1991
Dourados							

¹ Entende-se como *commodities*, qualquer matéria-prima de alto valor no mercado externo. No caso de Dourados, trata-se, principalmente, da soja e carnes.

² Terminologia cristalizada em 1970.

	Itaporã						
		Caarapó					
			Ivinhema				
			Jateí				
			Fátima do Sul				
			Glória de Dourados				
			Naviraí				
				Angélica			
				Deodápolis			
					Douradina		
						Vicentina	
						Juti	
							Nova Alvorada do Sul

Fonte: Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável/COREDES, 2001.

O município de Dourados, que até a década de 1960 não apresentava relevância econômica para o conjunto regional, passou a conter expressividade diante da nova ordem sócio-territorial conduzida pelo Estado nacional. A incorporação desse espaço ao sistema produtivo nacional ocorreu a partir dos anos de 1970, graças a uma política de incentivos fiscais, créditos subsidiados e a implantação de um grande projeto de modernização da agropecuária, com a introdução do complexo agroindustrial voltado para o cultivo de milho, trigo e soja e para a modernização e industrialização da atividade pecuária.

Dourados (e a Grande Dourados) abrigou várias etapas da cadeia produtiva da agroindústria e evidenciou, também, a alta concentração de capitais e a automação dos processos produtivos. O desenvolvimento da produção mecanizada em grande escala, se fez com subsídios, apoio creditício aos produtores e a agroindústria e instalação de infra-estrutura.

Essas ações promoveram a criação de novos objetos na organização espacial do município. As primeiras mudanças na ordem espacial ocorreram no período de 1970 - 1980. Dentre as medidas tomadas, destacam-se a implantação de infra-estrutura, a construção de um sistema rodoviário conjugado às áreas portuárias, o crédito rural, os incentivos fiscais e os programas de assistência técnica. As bases para a produção intensiva e em larga escala voltada para o mercado externo foram criadas, determinando mudanças no acesso e uso da terra. Houve um aumento no fluxo de população e capital e novos métodos de gerenciamento foram introduzidos.

Os anos de 1980 marcaram a expansão do complexo agroindustrial propriamente dito, com a construção de indústria de processamentos, armazéns, organização de centros comerciais e financeiros e de novas indústrias de insumos, fomentando o processo de concentração espacial no município de Dourados, onde se instalaram as maiores empresas do setor agropecuário: a CEVAL, a SADIA e a AVIPAL.

Com o processo de modernização do campo, houve um crescimento extraordinário da cidade de Dourados, que serviu, ao longo do tempo, como “pólos regionais” de atração. No contexto dos novos arranjos territoriais, Dourados torna-se uma cidade média, favorecidas pelo progresso técnico da produção e circulação agropecuária (crescimento dos meios de transporte e informação).

Com o aumento da população urbana e a chegada de uma população considerada mão-de-obra especializada, formada por engenheiros, agrônomos, e outros técnicos que passaram a trabalhar para essa estrutura, criou-se novos padrões de consumo. Esse fomento na ampliação comercial de Dourados promoveu um processo de diversificação econômica que a elevaria à principal centro regional, submetendo os municípios vizinhos à sua área de influência.

Os números apresentados no quadro 3 indicam que a maior parte das unidades industriais da região localiza-se em Dourados. No geral, trata-se de indústrias alimentícias e, nos últimos anos, nota-se o crescimento do ramo de confecções.

**Quadro 3. Principais Indústrias de Dourados
por Ramo de Atividade (2001)**

Discriminação	Quantidade (Nº)
Frigoríficos bovinos	02
Agroindústrias	15
Madeira e mobiliário	28
Laticínios	06
Cerâmica e olarias	11
Confecções	15
Avícolas	03
Esmagadura de soja	01
Curtumes	02
Ração animal	06
Outras	182
Total	271*

Organizado por Araújo, A. G., a partir de dados da Pesquisa Industrial Municipal – SEPROD (2005).

O mapeamento do número de agências bancárias e movimentações financeiras (figura 6) revela a polarização de Dourados na região. Alguns municípios, como Maracajú, apresentam baixa movimentação financeira apesar de possuírem considerável estrutura produtiva (figura 7), assim, vê-se um indicativo de como se dá a drenagem da renda fundiária regional.

**Quadro 4. Número de agências bancárias
e movimentações financeiras (2008)**

Municípios	Bancos	Movim. Financeira (R\$)
Dourados	14	890.061.023,32
Maracajú	4	176.450.139,38
Rio Brillhante	2	113.883.418,02
Itaporã	2	71.654.394,59
Caarapó	2	90.219.622,19
Glória de Dourados	2	38.433.964,13
Jateí	Não inf.	Não inf.
Fátima do sul	3	84.273.356,03
Deodápolis	2	29.652.011,93
Douradina	1	37.608.497,54
Vicentina	1	7.527.399,48
Juti	Não inf.	Não inf.
Nova Alvorada do Sul	1	34.777.494,06

Fonte: IBGE (2008)

A seguir, pode-se observar o caráter produtivo regional, amparado em cultivos comerciais.

Quadro 5. Principais cultivos na região (2005)

Município	Área colhida (hectares)					
	Soja	Milho	Trigo	Cana	Arroz	Total
Dourados	157.200	85.150			6.000	248.350
Maracajú	174.700	76.500		9.983		261.183
Rio Brilhante	110.000	62.000		10.469	15.000	197.469
Itaporã	52.000	36.280	9.000			79.280
Caarapó	74.000	50.200	5.000			129.000
Gl. De Dourados	1.776	900				2.676
Jateí	10.200	85.000				95.200
Fátima do sul	7.700	6.200				13.900
Deodópolis	6.000	4.650				10.650
Douradina	8.000	7.750			2.350	19.100
Vicentina	4.950	3.500				8.450
Juti	13.000	8.000				21.000
Nova Alvorada S.	37.000	14.500		11.415		62.915

Fonte: SEPLANCT (2006).

Funcionalmente, a cidade de Dourados abriga um conjunto de objetos e ações de maior densidade técnica e informacional que, segundo Santos e Silveira (2006), têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agropecuárias, constituindo “*em intérpretes da técnica e do mundo*” (p.281). Suas atividades urbanas estão ligadas ao consumo produtivo e, desse modo cumprem seu papel relacional, reunindo estabelecimentos e profissionais envolvidos com a técnica e a ciência.

A produção especializada implicou em maior necessidade de complementaridade, gerando maior mercado de trocas. Ao mesmo tempo, o consumo de novas mercadorias traz a incorporação de novas idéias e valores, que territorializam novas relações.

Seus objetos urbanos podem indicar sua posição de destaque no Estado de Mato Grosso do Sul, nessa articulação em rede, dos fluxos entre as cidades, que vem ritmando o movimento das relações sociais no mundo atual., a posição intermediária de Dourados entre a capital – Campo Grande e os demais municípios do sul do estado, concretiza uma centralidade que influencia os demais municípios, tanto em produção, quanto circulação de mercadorias e capital, bem como do fluxo de pessoas e informações.

1. O MUNICÍPIO DE DOURADOS: Estrutura, forma e função

No contexto de reestruturação político-econômica em nível mundial, o município de Dourados, que até a década de 1960 não apresentava relevância econômica para o conjunto regional, passou a conter expressividade diante da nova ordem sócio-territorial conduzida pelo Estado nacional.

Para elucidar como se deu o processo de evolução urbana de Dourados, torna-se necessária uma investigação que considere a noção de processo como um movimento comum de estrutura, forma e função. Entendendo com isso, a totalidade do real, não por meio de um momento, mas pela totalidade espaço-temporal (SANTOS, 1992).

As formas observadas no território de Dourados surgiram, ao longo do tempo, a fim de desempenharem as funções estabelecidas pela sua estrutura sócio-econômica e pela sua função na divisão territorial do trabalho. Ou seja, elas surgiram a partir das funcionalidades que desempenham, de acordo com suas especificidades, na estruturação do sistema global de produção capitalista. Desta

Ainda no final do século XIX, pós Revolução Federalista, inicia-se a migração gaúcha para a região de Dourados, gerando uma incipiente agricultura de subsistência. Em 1896 é criada a primeira fazenda na região pelo mineiro João Ferreira e, posteriormente, em 1910, João Ferreira funda com Marcelino Pires o Patrimônio de Dourados, onde se cultivava basicamente milho e arroz.

Em escala nacional, a política de incentivo à entrada de estrangeiros no país, institucionalizada pela Constituição de 1891, e com a valorização das terras pela Lei de Terras de 1850, pouco a pouco o domínio exclusivo da Matte Larangeira passou a ser visto com descontentamento. Com objetivo tanto econômico, contra o expansionismo e latifúndio da Companhia, quanto estratégico, ao buscar maior soberania nacional, o governo do Estado Novo propõe a nacionalização das fronteiras.

1.1. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados

Segundo Becker e Egler, é com o fim da República Velha, pelo golpe de 1937, que se consolida a modernização do aparelho de Estado no Brasil. Com a era Vargas, inicia-se o planejamento estatal centralizado, e por esse viés autoritário “*a acumulação prosseguiu por uma nova via: a de expansão industrial com base urbana*” (2003, p.78).

Usando a unidade territorial nacional como simbolismo de legitimação do Estado, a ideologia autoritária articulou as tradicionais elites agrárias - que permaneceriam com seus privilégios e segurariam as possíveis pressões dos trabalhadores do campo no campo - e o emergente setor industrial, beneficiado nessa coalizão de poder. Com isso foram garantidas as ações da política econômica de desenvolvimento da indústria no Sudeste, dando início ao processo de *modernização conservadora* do país. Ainda nas palavras dos autores:

A desorganização econômica, política e ideológica enfeixou gradativamente nas mãos do governo as políticas e o planejamento econômico fortalecendo o seu intervencionismo, sem prejuízo do poder dos grupos dominantes. Configurou-se então o processo de modernização conservadora que caracterizará o futuro do desenvolvimento do país” (2003, p.78)

Além de implantar parte das bases para a industrialização nacional, como forma de sua política territorial, Vargas criou, por meio de Decretos-Leis, diversos territórios nacionais que assegurariam a soberania nacional e, aparentemente, resolveriam a questão fundiária do país. No sul de Mato Grosso foi criado o Território Federal de Ponta Porã⁴ e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, criada em 28 de outubro de 1943 e efetivamente implantada em 1948. Ambos serviriam para conter o monopólio ervateiro, esta última recebeu grande contingente de migrantes, principalmente nordestinos, gaúchos, mineiros e paulistas, interessados em ocupar a área de 300.000 hectares divididos em lotes de 30 hectares, em média, oferecidos gratuitamente.

Pretendia-se, com a “Marcha para o Oeste”, resolver “os problemas” das terras sem donos, e dos donos sem terras, sem alterar as bases agrárias do latifúndio. Optou-se por transferir grandes massas populacionais de outras regiões, ignorando as populações ali já existentes, pois a condição para a formação do loteamento dessas duas Colônias foi o aldeamento da população indígena ali territorializada e, posteriormente, seu confinamento nas reservas criadas⁵.

Segundo Relatório da Administração da Colônia, ela apresentou, já em 1948, significativa produção comercializada⁶. Contudo, devido à falta de infra-estruturas, como estradas para o escoamento, ou qualquer política de incentivo à produção comercial, a situação desses colonos foi reduzida à produção de subsistência. Com o passar do tempo e a extinção da CAND, em 1968, os

⁴ Que abrangia uma área atualmente formada pelos municípios de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracajú, foi criado em 13 de setembro de 1943 e extinto em 1946.

⁵ Sobre o processo de ocupação de terras na Grande Dourados pela CAND, sobrepondo à territorialidade dos grupos ali existentes, os Terena, Guarani/Pai Tavyterã (Kaiowá) e Nhandeva, Cf. COSTA, 1998.

⁶ Como nos cultivos de milho: 4.440.000 kg., feijão: 690.000 kg., arroz: 750.000 kg e farinha de mandioca: 840.000 kg. (de 14/09/1949, apud SANTOS, 2001, P.58).

colonos viram-se obrigados a venderem seus lotes, transferindo-se para as cidades surgidas na região, transformando-se em mão-de-obra barata, ou migrarem para a abertura de novas frentes no norte do país. O que revela o real sentido do planejamento estatal da época, descompromissado com as especificidades regionais e populações locais.

2. As mudanças na organização espacial provocadas com a expansão da soja

Com o governo de Juscelino Kubitschek e seu “plano de metas” (1956 a 1960) foi rompida a orientação econômica nacionalista de Vargas, inaugurando a internacionalização da economia sob o modelo *tripé*⁷, condizente com o contexto econômico mundial do período, o que impôs a diversificação do parque industrial do país.

O maciço bloco de inverções do Plano de Metas atuou sobre uma estrutura espacial herdada do passado e resultou em um duplo movimento. De um lado, acentuou a histórica concentração da atividade econômica no Sudeste completando a integração vertical da indústria através dos investimentos em capital fixo sobre o território em obras de geração e distribuição de energia e insumos básicos e, de outro, modernizou e ampliou as redes periféricas, ampliando as dimensões do mercado interno. (BECKER e EGLER, op. cit, 2003, p.113)

A partir da década de 1960 novas formas são produzidas no território decorrentes da interiorização da divisão do trabalho assumida pelo país na economia-mundo. Visando a integração nacional o território passou a ser gerido no sentido de articular as diferentes regiões ao Sudeste. São Paulo representava a área *core* do país, “*sendo o centro de decisão da nação e sede das iniciativas que organizam o espaço*” (BECKER, 1972, p.104). O restante do território brasileiro era deixado na condição de *periferia*⁸, para realizar determinadas *funções* de complementaridade ao centro motor do desenvolvimento do país, a região industrializada.

A política para a integração da região Centro-Oeste foi pautada no cultivo de cereais e na criação de vias de circulação. Nesse período de avanço técnico-científico na produção agrícola, os Cerrados foram invadidos por novos conjuntos de ações e objetos. O café já havia sido introduzido na região sul do Mato Grosso na década de 1950, apesar de não ter obtido subsídios para sua expansão devido às condicionantes climáticas e econômicas. Além dele, outras culturas que abasteceriam o Sudeste que se industrializava, como arroz, feijão, milho e amendoim foram desenvolvidas no território de Dourados, vista como *nova fronteira* e que logo sucumbiria à expansão do cultivo do binômio trigo-soja.

O espaço brasileiro passou a ser planejado para melhor responder à dinâmica de reprodução capitalista vigente, amparada na ciência e tecnologia. Data de 1964 a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral do Ministério do Interior, institucionalizado em 1967 (BECKER, 1972, p.111). A expansão da fronteira capitalista na região Oeste foi consolidada com a introdução, pelos migrantes gaúchos, da soja nos cerrados. Os “granjeiros” passaram a desenvolver em Dourados uma agricultura já incorporada de novas técnicas.

O ano agrícola de 1967/68 representa o marco inicial do cultivo da soja em caráter comercial na porção extremo-sul de Mato Grosso, Em Dourados, a média do cultivo foi inferior a 500 ha, com rendimento de 1.8 toneladas por hectare. Daí em diante tomou proporções cada vez maiores, na safra

⁷ Nessa base, caberia ao capital privado nacional a produção de bens não-duráveis, ao capital externo a produção de bens duráveis e ao capital estatal a operação na esfera dos bens de produção. (BECKER e EGLER, op. cit, 2003, p.83).

⁸ “A construção de Brasília no Planalto Central, um velho sonho desde o Império, tem um significado simbólico, de que o governo Kubitschek estaria de fato construindo um “novo Brasil” em cinco anos, e de legitimação do seu poder por todo o território nacional. Teve um significado político, isolando o poder central das pressões políticas da sociedade “costeira” [...] E teve também um significado econômico. Situada em posição estratégica,[...], a nova capital tornou-se o ponto de convergência das grandes rodovias de acesso ao Sul, Leste, Nordeste, e de penetração no Norte e no Oeste. Neste processo, esfacelou-se a estrutura espacial em “arquipélago”, substituída por um tipo de centro-periferia.”(BECKER e EGLER, op. cit, 2003, p.87)

de 1972/73 o plantio da soja em Dourados já aparece com uma área de cultivo de 30.000 há e produção de 30.000 toneladas (TETILA, 1983).

Quadro 6. Evolução do cultivo da soja em Mato Grosso do Sul

ANO	ÁREA COLHIDA
1969	-
1970	-
1974	86.400
1975	174.800
1980	579.918
1985	1.307.640

Fonte: OLIVEIRA, 2003, op. cit.

O avanço da *fronteira* na região, definido como um “*processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, através da expansão territorial da agricultura capitalista*” (SILVA, 2003, p.19) produziu para Dourados novas configurações espaciais, tanto em suas relações produtivas quanto em sua estrutura fundiária. Para tanto, o Estado⁹ brasileiro agiu como principal ator na incorporação desse conteúdo expropriador “*desterritorializador/reterritorializador de tempos sociais divergentes*” (SILVA, 2003, op. cit, p.21), que atraiu grande contingente populacional proveniente de diversos lugares. Só que a atração não foi provocada pela doação de terras para cultivos de subsistência, como os primeiros colonos, e sim, pela disponibilidade de terras a baixo custo e concessão de crédito rural.

2.1. A importância dos Planos de desenvolvimento e do planejamento centralizado

Na década de 1970, baseados na teoria de Pólos de Desenvolvimento de PERROUX, a Comissão Interestadual das Bacias do Paraná e Uruguai (CIBPU), seguindo critérios de ritmo de urbanização e infra-estrutura econômica, escolheu como potencialidades geoeconômicas as cidades de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Campo Grande¹⁰, canalizando assim os investimentos públicos.

[...]onde o Estado concentra todos os esforços promocionais na implantação de distritos industriais visando - seguindo a ótica do planejamento burocrático - fomentar/disciplinar o desenvolvimento desse pólo e, a partir dele, a economia regional desenvolver-se, de modo que o crescimento se processa e se propaga para as áreas sob sua influência. (SOUZA, 1998, p. 07)

Os governos militares desenvolveram ações no sentido de racionalizar os espaços regionais diante da política de inserção nacional na economia mundial, por meio dos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs). Com isso foi estabelecida uma ordem espacial que só começou a indicar sinais de transformações diante da reestruturação econômica mundial sob a égide da globalização, com novos atores intervindo no ordenamento territorial a partir de novas articulações entre tempo e espaço.

Entretanto, foi no período de atuação da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste¹¹, que Dourados adquiriu as condições que a fariam importante centro urbano regional na porção sul do estado, a partir da consolidação do complexo agroindustrial introduzido pelo cultivo do *commodities* soja.

O objetivo de integração nacional partindo da valorização e atribuição de funções regionais às diferentes porções territoriais, revelam a ideologia de Estado desenvolvimentista que, segundo Bielschowsky, se refere à transformação social do Brasil definida:

⁹ Data de 1973 a criação da EMBRAPA no município, nova forma-conteúdo que expressou o contexto histórico, de abertura para a agricultura comercial com o incremento técnico no processo produtivo.(BERNARDES, 2005)

¹⁰ Citando apenas as que hoje são sul-mato-grossenses, ressalva-se que mais cinco cidades ao norte também foram elevadas à categoria de pólos de desenvolvimento.

¹¹ Autarquia criada pela Lei nº 5.365, de 01/12/1967, como parte do ideário dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Por um projeto econômico cujos principais pontos são: industrialização integral para a superação da pobreza; um Estado planejador que defina a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores pelos quais a iniciativa privada não se interessa e/ou seja insuficiente. (1996, p.7, apud ABREU, op. cit, 2004, p.33)

Dentro de tal racionalidade, ligadas ao Ministério do Interior surgem Superintendências como a SUDECO. De acordo com ABREU:

A criação e a instalação da SUDECO, assim como de suas congêneres, confirma a existência de uma racionalidade dirigida e introduzida como pensamento ideológico dominante, e que é propagada, através de seus programas e planos. (Op. cit, 2004, p.64).

Pela SUDECO e seus programas, a região Centro-Oeste, e no que nos interessa, o território de Dourados, passou a representar uma “*nova frente*” do processo produtivo nacional.

Dentre os programas setoriais elaborados pela Superintendência, destacamos o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste), o PRODEGRAN (voltado à região da Grande Dourados) e o Programa Corredores de Exportação II, ambos focados no ideário nacional desenvolvimentista de racionalização da produtividade regional.

O primeiro, de 1973, coerente com as concepções de Perroux e sua teoria de pólos, subsidiou estudos (diagnósticos, prognósticos e mapeamentos) para elencar possíveis áreas consideradas pólos que receberiam os investimentos necessários à interiorização do capital e que posteriormente se disseminaria radialmente. Envolve prioridades como ampliação da malha rodoviária e uma política migratória de incremento demográfico¹². Um dos seus feitos no território foi a pavimentação da rodovia BR-163 que ligou Dourados/Campo Grande/Rondonópolis, um dos eixos produtivos de exportação.

O segundo criado já no II PND, em 1976, visava o “*aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispõe a região sul do Estado de Mato Grosso*”¹³, evidenciando o ideário de “*Celeiro Agrícola*” do município. Em seu cronograma, de 1975¹⁴, tinha como programados investimentos nas áreas de infra-estruturas - CR\$ 779 milhões, meio ambiente, ao “*promover o combate e a prevenção da erosão*” (p.180-181) – CR\$ 86 milhões e pesquisa e promoção – CR\$ 1.151 milhões.

Desenvolvido no mesmo período que o PLADESCO, o Programa Corredores de Exportação II visava “*a expansão da produção agrícola, melhoria das instalações destinadas à armazenagem, transporte e embarque de produtos, objetivando o aumento das exportações brasileiras agrícolas oriundas da região Centro-Sul do país*”¹⁵. Voltado para equipar os territórios com um novo sistema de engenharia, ratificando a articulação produtiva de Dourados com a região Sudeste, via escoamento pelo Porto de Santos. Segundo Silva (1992), o Programa Corredores, ao representar desdobramentos das concepções do PLADESCO:

¹² Além disso, houve também a atenção em promover a formação da mão-de-obra, dotando as *áreas-programa* de infra-estrutura educacional. Não somente voltado à agrícola, mas também urbana, como formação de professores. Data desta época a instalação do Centro Pedagógico de Dourados, o que seria a Universidade Estadual do Mato Grosso, posteriormente UFMS, e hoje UFGD.

¹³ MINTER/SUDECO. *Programa Especial da região da Grande Dourados*. Brasília, Julho, 1976, apud ABREU, op cit, 2004, p.163.

¹⁴ MINTER/SUDECO. II PND. *Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste: 1975 e 1979*. Brasília, junho de 1975, p.178-180.

¹⁵ Programa “*Corredores de Exportação*”. *Projeto de fomento agrícola 1975-1977*. Ministério da Agricultura, p.1, apud SILVA, 1992, op. cit, p.116.

[...] é o que melhor expressa a estratégia do Estado brasileiro de incentivo à agricultura capitalizada de exportação vinculada ao complexo agroindustrial no Espaço de Dourados. (p.115-116)

As ações do Planejamento territorial do Estado resultaram em estímulos como: Crédito rural, programas de investimento, criação de infra-estruturas (como a ampliação de estradas, rede de energia, armazéns, assistência técnica, etc.), leis de incentivos fiscais, etc. Amplamente realizados, essas ações eram necessárias para uma maior produção e facilidade de escoamento da produção regional, alterando novamente o espaço do município em consideráveis amplitudes.

A inserção do município nessa política de governo voltada para o mercado externo, produziu profundas transformações em seu espaço geográfico. Desse modo, a introdução de novas formas-conteúdo representam novos modos de fazer e de viver. Com o aumento da população urbana e a chegada de uma população considerada mão-de-obra especializada, formada por engenheiros, agrônomos, e outros técnicos que passaram a trabalhar para essa estrutura, criou-se novos padrões de consumo. Esse fomento na ampliação comercial de Dourados promoveu um processo de diversificação econômica que a elevaria à principal centro regional, submetendo os municípios vizinhos à sua área de influência¹⁶. O espaço produzido passou a conter um conjunto de ações e objetos condizentes com a racionalidade pretendida. Os elementos que compõe a cadeia produtiva da soja congregam estruturas que dotaram o espaço urbano de Dourados de maior complexidade. Sobre a consolidação do complexo agroindustrial na região de Dourados, Silva afirma:

[...] o capital agroindustrial que, ao apropriar esse espaço, montou uma “engrenagem” de produção (que também é de distribuição, circulação e consumo) e, em tal movimento revolucionou o aparelho produtivo rural-urbano (ao industrializar a agricultura), alterou o quadro anterior das relações de trabalho, além de promover o rearranjo do espaço regional. (Op. cit, 1992, p.27)

Pensar a cidade¹⁷ e o urbano, implica em considerações como produção material¹⁸ e simbólica, evolução histórica, trocas e divisão do trabalho. A divisão do trabalho que inclui, por exemplo, cidade e campo, expressa fragmentação, porém complementaridade, ao promover trocas.

Analisando a incorporação do modo de vida urbano na porção sul de Mato Grosso no início do século XX, Oliveira Neto analisa, pela ótica marxista, a relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo, onde “*a intensidade das trocas é determinada pelo desenvolvimento e articulação da produção*” (MARX, K. *Para a crítica da economia política*, 1996, apud, OLIVEIRA NETO, 2006, p.205, 206).

Nesse sentido, produções especializadas como a desenvolvida no território de Dourados, implicam em maior necessidade de complementaridade, gerando maior mercado de trocas. Ainda segundo o autor, o consumo de novas mercadorias traz a incorporação de novas idéias e valores, que garantidas pelas vias de comunicação (sejam vias de transporte ou informacionais), territorializam

¹⁶ Segundo ABREU (2005), somente no ano de 1981, Dourados recebe 10 novas agências bancárias, somando-se 25 agências no total. Nota-se o alto índice se considerarmos sua população na época.

¹⁷ A idéia conceitual aqui tratada por cidade parte do recorte temporal do aparecimento e fortalecimento da burguesia européia, que com sua rede de cidades mercantis estabeleceu o comércio mundializado característico do Sistema-Mundo Moderno-Colonial (Cf. PORTO GONÇALVES, C. W. e COSTA, Rogério H., 2006)

¹⁸ Para Silva, “*cidade pode ser entendida como trabalho humano materializado e que se constitui como produto, condição e meio das relações oriundas do respectivo modo de produção [...]*” (2006a, p.66). Contudo, de acordo com Lefebvre (1999), não podemos reduzir a produção de uma sociedade à acepção dos economistas, e sim dos sentidos herdados por Hegel, onde tudo é produção. “*Há produção das representações, das idéias, das verdades [...], das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência.*” (p.45). Assim, “*Produzir para uma sociedade é produzir acontecimentos, história [...]*” (p.84)

novas relações¹⁹. Assim, observou-se em Dourados, da mesma maneira que em outros centros regionais, uma nova realidade urbana, que de acordo com Lavinias:

Além da multiplicação de casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas, o crescimento acelerado daquelas voltadas para atender os padrões de consumo tipicamente de classe média urbana, tais como restaurantes, clubes de lazer, cursos de aperfeiçoamento, etc. Essa nova realidade urbana é, pois, também produto de uma certa cultura metropolitana, aquela das classes sociais que aí se territorializam no lastro da expansão da agroindústria, e cuja identidade social não se constrói somente a partir do controle e propriedade dos meios de produção (Apud, SILVA, 1992, p.236)

Desse modo, pode-se dizer que a formação econômica-social (e espacial) de Dourados está intrínseca a essa produção do espaço 'global-fragmentado', apropriado pela homogeneidade técnica. Sua cristalização enquanto município-centro condiciona-se pela nova divisão territorial do trabalho, caracterizada pelo processo de descentralização seletiva de atividades que conduz aos diversos territórios novas funcionalidades.

A partir daí, novos mecanismos de intervenção passaram a atuar no território, produzindo um conjunto de objetos coerentes com as articulações externas que participa²⁰. Iniciadas pela modernização da agropecuária, geraram um processo de industrialização da produção no fim da década de 1980²¹, e que atualmente envolvem relações urbanas diversas em múltiplas escalas e esferas, apresentando uma estrutura espacial mais complexa.

Segundo Silva (Op. cit, 2003), a partir de 1990, as transformações pelas quais tem passado a agricultura brasileira, sob o signo da globalização, têm posto em cheque as noções de CAI (Complexo Agroindustrial) como categoria de análise para estudos que almejem a Geografia de determinado lugar inserido na dinâmica do agronegócio, ao ressaltar o papel das corporações que passaram a atuar nesses espaços.

Para o autor, as ações de conglomerados extrapolam as esferas produção-industrialização-comercialização. Situadas sob a égide do Estado neoliberal, concorrem num processo de integração competitiva do mercado mundial, redefinindo os espaços de articulação e gestão territorial das diferentes atividades e polarizando alianças estratégicas com diferentes agentes (inclusive concorrentes), em diferentes escalas, desde local à global, como agricultores, corporação nacional e transnacional, *tradings* transnacionais, poderes públicos federal, estadual e municipal e outros grupos que garantem a flexibilização de suas ações.

Nesse contexto o Estado tem seu papel redefinido, atuando de forma diferente quando à expansão e consolidação dos complexos agroindustriais, no sentido de conceder créditos rurais e investimentos em pesquisas e redes técnicas.

Dessa maneira, ao surgirem novas formas de organização produtiva, permeadas pelas interações dessas empresas multilocalizadas e multifuncionais (SILVA, op. cit, 2003), surgem novas formas de ordenamento territorial que podem refletir essas interações em rede altamente seletivas e de alcance global.

A intencionalidade dos novos atores que atuam na produção desses espaços, expressa a dimensão espacial das transformações ocorridas no fim do século passado no sistema capitalista impulsionadas pelo progresso técnico-científico sob o contexto de novas articulações entre tempo e espaço (BERNARDES, 2005, p.326).

¹⁹ Os granjeiros, apresentam padrão e consumo fortemente mercantilizado e padronizado, sua família apresenta padrão típico de classe média, e não de auto-consumo, portanto, não mais garantido nos limites da exploração (estabelecimento rural) que, ao especializar-se, transfere para o mercado funções antes supridas internamente. (SILVA, op. cit, 1992,p.235)

²⁰ Em seu território, Dourados possui instaladas unidades de grandes grupos como Cooagri, Cargil, Avipal e Bunge.

²¹ Sobre o processo de agroindustrialização de Mato Grosso do Sul, Cf. OLIVEIRA, 2003.

Sob o paradigma da globalização, o desenvolvimento da informação conduz a produção e a supressão do espaço pelo tempo, e novas conexões em escala mundial articulam relações dadas em pontos diferentes do planeta, com objetivo em comum. Também se passou a controlar os ritmos das pessoas e dos lugares, e suas produções refletem tais signos, mostrando a quem serve o espaço organizado.

De tal lógica evolutiva se vêm novas regionalizações condizentes com o novo modelo de acumulação do capital, assim como novas resignificações surgem ao tempo do capital, e nos territórios novas funções são desempenhadas. Atividades como a cultura comercial da soja são produto e condição de espaços produzidos pela racionalidade vigente, que sobrepõe, às características naturais dos lugares, novos conjuntos de objetos. Atuando de maneira pontual e seletiva, de acordo com o interesse longínquo, de imperativa velocidade, essas atividades geram “espaços sem infância”, produzidos intencionalmente para determinado fim, ainda que externo à vida local, em contraponto ao tempo da realidade vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho, de analisar as mudanças na organização dos espaços urbano e rural de Dourados, Mato Grosso do Sul, a partir da expansão do cultivo comercial da soja, levou a busca pelo entendimento de como se consolida o papel urbano do município no contexto de novas funcionalidades dadas aos territórios a partir da década de 1970, onde à Dourados coube a função de centro urbano regional.

As formas observadas no território de Dourados surgiram, ao logo do tempo, a partir das funcionalidades que desempenham, na estruturação do sistema global de produção capitalista. Pode-se dizer que hoje suas produções se diversificaram, a cidade do campo abriga também conjuntos de ações e objetos que a caracterizam dinamismo e complexidade em suas relações.

Contudo, em sua formação econômica-social, espacial, traz conteúdos que refletem hierarquia e seletividade, “*dado novo na história dos territórios*”(SANTOS, 2000, p.26), decorrentes da história das técnicas hegemônicas que permeiam as produções sócio-territoriais.

A exclusão gerada por tal seletividade é mais marcada em regiões agrícolas modernas, como Dourados, que acabam por se adaptar com maior rapidez à racionalidade hegemônica, mostrando sistemas de vida reflexos em relação ao meio (SANTOS, 2000, p.93), a medida que as determinações não são dadas ali, indicando processos desterritorializadores das produções locais, ao ignorar as possibilidades das territorialidades locais, como sua população indígena, e suas horizontalidades.

Sob a égide da globalização, se vê novas regionalizações condizentes com o novo modelo de acumulação do capital, assim como novas resignificações surgem ao tempo do capital, e nos territórios novas funções são desempenhadas. Atividades como a cultura comercial da soja são produto e condição de espaços produzidos pela racionalidade vigente, que sobrepõe, às características naturais dos lugares, novos conjuntos de objetos. Atuando de maneira pontual e seletiva, de acordo com o interesse longínquo, de imperativa velocidade, essas atividades geram “espaços sem infância”, produzidos intencionalmente para determinado fim, ainda que externo à vida local, em contraponto ao tempo da realidade vivida.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Silvana de. “*Região da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul)*”: *Planejamento e (des)construção de uma região*. In: Anais do X EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina), 2005, São Paulo.

ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, Propósitos e Contradições*. São Paulo: USP, Tese (Doutorado em Geografia), 2001.

BECKER, Berta e EGLER, Cláudio. *Brasil: uma potencia regional na economia-mundo*. 4ª Edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- BECKER, Berta. *Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia. Ano 34, nº 04, 1972.
- BERNARDES, Júlia A. *As estratégias do capital no complexo da soja*. In: *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. CASTRO, Iná E., CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César C. (org). 3ª Edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1989b.
- COSTA, Rogério H. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- Fundação IBGE. *Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste*. Volume I, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MINTER/SUDECO. Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste. II PND. *Programa de ação do Governo para região do Centro-Oeste. 1975-1979*. Brasília, junho de 1975.
- PORTO GONÇALVES, C. W. e COSTA, Rogério H. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- SANCHÉZ, Joan-Eugeni. *Ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos?* In: *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. BECKER, Berta e MIRANDA, Mariana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. 2001. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3ª Edição. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SILVA, M. C. T. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. São Paulo : USP, Dissertação (Mestrado), 1992.
- SILVA, William R. *Reflexões em torno do urbano no Brasil*. In: *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. ESPÓSITO, Maria E. e WHITAKER, Arthur M. (org.) 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

